

Teorias dos novos movimentos sociais e a estratégia democrática e popular no Brasil

Caio Martins*

Resumo: Este texto visa a sistematizar as principais características das teorias hegemônicas na interpretação dos movimentos sociais no transcurso dos anos 1978 – 2002 no Brasil. Para isso, destacamos quatro fases diretamente relacionadas com o movimento da consciência de classe do proletariado brasileiro e com o processo de realização da estratégia democrática e popular. Na primeira fase dos estudos dos movimentos sociais do período, que nascem da luta contra a ditadura, eles eram interpretados em relação à particularidade do capitalismo brasileiro e latino-americano. A segunda fase é marcada pelo aparecimento das teorias dos novos movimentos sociais, por uma teoria refratária à qualquer tipo de autoridade, opondo-se abertamente à pré-determinação dos sujeitos da transformação social pela teoria. A categoria "autonomia" aparece como central, enfatizando o caráter extra-institucional das lutas. A terceira fase é marcada pela ênfase na especificidade, desconectando os estudos, progressivamente, tanto da abordagem marxista quanto de qualquer perspectiva de totalidade. Defendiam-se novas formas de associativismo civil focalizados em organizações sociais que passam a atuar *em parceria* com o Estado, ressaltando sua natureza cívica, pacífica, o comprometimento com a descentralização, a tolerância às diferenças e à pluralidade cultural, a valorização da paz com justiça social, a defesa intransigente de uma democracia mais participativa e direta. Na quarta fase, proliferam-se estudos sobre as redes de ONGs e os mecanismos institucionais da democracia participativa. As categorias de "cidadania coletiva" e "exclusão social" emergem ao primeiro plano. Esta nova preocupação coincidia com o rápido avanço que alcançara a esquerda na institucionalidade.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Estratégia Democrática e Popular; Luta de Classes

Theories of new social movements and democratic and popular strategy in Brazil

Abstract: This text aims to systematize the main characteristics of hegemonic theories in the interpretation of social movements during the years 1978 - 2002 in Brazil. We highlight four phases directly related to the movement of class consciousness of the Brazilian proletariat and to the process of realization of democratic and popular strategy. In the first phase of the studies of social movements of the period, which are born of the struggle against dictatorship, they were interpreted in relation to the particularity of Brazilian and Latin American capitalism. The second phase is marked by the emergence of theories of the new social movements, refractory to any kind of authority, openly opposing the pre-determination of the subjects of social transformation by theory. The category "autonomy" appears as central, emphasizing the extra-institutional character of the struggles. The third stage is marked by the emphasis on specificity, progressively disconnecting studies both from the Marxist approach and from any perspective of wholeness. New forms of civil association focused on social organizations that started

* Doutor em Serviço Social.

to work in partnership with the State were emphasized, highlighting their civic, peaceful nature, commitment to decentralization, tolerance of differences and cultural plurality, valorization of peace with social justice, the uncompromising defense of a more participatory and direct democracy. In the fourth phase, studies on NGO networks and the institutional mechanisms of participatory democracy are proliferating. The categories of "collective citizenship" and "social exclusion" emerge in the foreground. This new concern coincided with the fast advance of the left in institutionality.

Keywords: Social Movements; Democratic and Popular Strategy; Class struggle

Introdução

Escarnecia das suas próprias ilusões de neófito, do seu sonho religioso de uma vida onde a justiça ia reinar em breve entre os homens transformados em irmãos. Um bom sistema, realmente: cruzar os braços e esperar para ver o homem devorando o homem até o fim dos tempos, como lobos. Não, nada disso! Era preciso participar, senão a injustiça seria eterna, os ricos sempre bebendo o sangue dos pobres. Por isso não se perdoava de ter dito uma vez que a política tinha de ser banida da questão social. Mas naquele tempo ele não sabia nada; depois, lera e estudara. Agora suas ideias estavam maduras, orgulhava-se de possuir um sistema.

E, contudo, explicava-o mal, em frases cuja confusão tinha um pouco de todas as teorias adotadas e sucessivamente abandonadas. No cimo, pairava a teoria de Karl Marx: o capital era o resultado da exploração, o trabalho tinha o direito e o dever de reconquistar essa riqueza roubada. Na prática, a princípio ele se deixara prender na quimera de Proudhon do crédito mútuo, de um vasto banco de troca que suprimiria os intermediários; depois as sociedades cooperativas de Lassalle, financiadas pelo Estado, transformando pouco a pouco a terra numa única cidade industrial apaixonaram-no, até o dia em que renunciara ao sistema diante da dificuldade de controle. Mas tudo isso ficara numa nebulosa, ele não sabia como realizar o novo sonho, impedido ainda pelos escrúpulos da sua sensibilidade e da sua razão, não ousando arriscar-se em afirmações absolutas e sectárias. Dizia simplesmente que era preciso apoderarem-se, antes de mais nada, do governo. O resto vinha depois.

Émile Zola, Germinal.

A passagem acima refere-se à personagem Etienne – do escritor Émile Zola em *Germinal* (1885) –, um militante da Associação Internacional dos Trabalhadores que se tornara uma referência para seus companheiros na luta contra os patrões das minas carboníferas de Montsou. A imagem criada pelo romancista francês é a de um trabalhador convicto de que a luta do dia a dia com seus companheiros era parte de um conflito geral pela libertação dos trabalhadores. Mas estas convicções, as tarefas que

assumia para si nesta luta, o ânimo e a confiança que despertava em seus companheiros, tudo isso não fazia do operário um teórico, isto é, um intelectual propriamente dito. Mesmo assim, a teoria lhe era importante. Quando a rebeldia contra as estafantes jornadas de trabalho e baixos salários exigiam-lhe uma explicação, quando precisava fazer de sua confiança nos trabalhadores a autoconfiança de sua classe, discursava misturando ideias de intelectuais os quais apenas ouvira falar com muito melhor desenvoltura do que ele podia fazer, ou de quem lera pequenos aforismas no parco tempo que lhe sobrava. As ideias absorvidas pelo estudo sem método se organizavam em torno da tarefa concreta e imediata que se punha à sua frente: construir a AIT, derrotar os patrões, apoderar-se do governo e libertar os trabalhadores do jugo da exploração.

A descrição feita por Zola é um bom exemplo do senso comum dos militantes, daquele compósito ocasional e desagregado que forja uma personalidade composta de maneira sempre unitária, mas cujas partes se conectam de modo incoerente, mesmo quando direcionada para a luta. As teorias, sempre vinculadas a determinados grupos sociais, ao expressar coerentemente as contradições que movem o real, informam a práxis social pela mediação de organizações políticas das diferentes classes através da constituição de suas estratégias. Deve-se ter em mente este aspecto na leitura da exposição que se segue sobre as confluências entre as teorias dos novos movimentos sociais e a estratégia democrática e popular, pois só assim é possível entender como teorias distintas podem informar, no mesmo período histórico,¹ a um só tempo, os militantes inseridos nas lutas da classe trabalhadora.

Por trás de ambas, há transformações históricas em comum. Nenhum tema ou questão teórica aparece aos intelectuais como controvérsia candente sem que haja contradições objetivas por trás de si. São as mudanças no próprio movimento histórico que estão na raiz de todos os grandes debates. A própria noção de "movimentos sociais" pressupõe o desenvolvimento de um conjunto de objetivações no processo histórico para que a consciência reflita sobre as lutas e a explique através deste termo genérico. No que diz respeito à temática de que trataremos a seguir, que é a da relação entre as

¹ Entre a caracterização do desenvolvimento histórico-estrutural e uma conjuntura, há um corte temporal intermediário, geralmente tratado em termos de "ciclo político" ou "período histórico". Neste nível, trata-se de características gerais que marcam a luta de classes durante um intervalo de tempo em que se atravessam várias conjunturas, mas nenhuma "grande reviravolta" que reposicione, que resulte em um rearranjo das forças em conflito. Ao longo de um período histórico determinado, permanecem vigentes certos traços gerais da luta de classes, uma tensão quanto a um conjunto de questões candentes que só sofrem alterações em momentos de grandes reviravoltas.

teorias dos novos movimentos sociais emergentes a partir do final da década de sessenta e a estratégia democrática e popular, é preciso resgatar pelo menos três elementos conjugados que foram fundamentais para repor em pauta uma série de questões clássicas das ciências humanas e sociais e que estão na base desta confluência. Em primeiro lugar, a passagem ao capital-imperialismo colado ao processo global de reestruturação produtiva do capital, que culminou naquilo que Harvey (2009) caracteriza como "regime de acumulação flexível". Neste período, ao mesmo tempo em que as expropriações se intensificaram tanto no centro como na periferia do sistema e as formas de propriedade do capital se condensaram, descolando-se, aparentemente, da atividade produtiva, os circuitos de reprodução ampliada do capital estenderam-se espacialmente e comprimiram-se no tempo, simultaneamente ao incremento de sua capacidade de adaptação aos diferentes territórios do globo. Em segundo lugar, vivemos a crise e o fim do bloco socialista, que abriu novas frentes de expansão capitalista e alçou o imperialismo a um patamar superior, trazendo à tona novos conflitos, com outra qualidade (advindos da expansão capital-imperialista), além de se desdobrar em uma crise política do movimento comunista internacional. É neste período que, em terceiro lugar, aparecem as novas modalidades de luta, a partir das quais se constroem as teorias dos novos movimentos sociais e a partir das quais a classe trabalhadora brasileira se constituiu novamente em partido. Tudo isso levantou a questão, entre os próprios intelectuais ligados à classe trabalhadora, da centralidade do trabalho na sociedade capitalista e do proletariado como sujeito revolucionário, assim como das formas de organização até então predominantes.

Todos esses elementos revolveram as teorias sociais e deslocaram as posições de diversos intelectuais. Pudemos assistir às mais variadas inflexões e ao crescimento de uma abordagem relativista e irracionalista: o pós-modernismo. Todos os temas clássicos precisavam ser revisitados e mesmo os teóricos marxistas – se quisessem fugir de qualquer dogmatismo e manter vivo o seu pensamento – precisavam se perguntar, sem hesitar, como na poesia de Brecht: "o que, daquilo que dissemos, é agora falso: Tudo ou alguma coisa?". É que a emergência de novos fenômenos em um período de elevado ritmo de transformações faz com que se ponha no plano da disputa política a própria interpretação da história. É verdade que essas disputas não ocorrem somente em épocas de elevado ritmo de acontecimentos. No entanto, o estremecimento de todo um edifício teórico que orientava hegemonicamente a classe trabalhadora provocou embates bastante intensos. Nota-se, assim, que muitas categorias entram novamente em cena

como expressões de uma luta política. Elas mesmas carregavam em si um tema controverso. Este é o caso da categoria de movimentos sociais, da qual a tradição marxista não se havia valido até então, mas que paulatinamente a incorporou em seu acervo teórico em oposição às diversas teorias que estabeleciam uma ruptura entre "novos" e "velhos" movimentos sociais.

Como se pôde observar, nossa abordagem vai além da crítica às teorias dos novos movimentos sociais emergentes no referido período da história brasileira. Preocupa-nos, para além disso, investigar a razão pela qual estas teorias se irradiaram pelas lutas de classes, tornando-se, como diria Marx, uma força material. Isto implica ter em mente tanto o desenvolvimento estrutural do capitalismo no mundo quanto a particularidade de seu desenvolvimento em nosso país. Ademais, parece-nos indispensável, para a apreensão teórica do período de que tratamos, relacionar estas lutas da classe trabalhadora com o principal partido por ela construído como instrumento de organização. Como se sabe, embora tenha existido sempre mais de uma organização política dos trabalhadores (ainda que isso não implicasse, necessariamente, uma divergência estratégica fundamental), as lutas de classes no período histórico de que estamos tratando foram hegemônicas, no polo do proletariado, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Logo, é indispensável compreender tanto a estratégia deste partido quanto as questões objetivas às quais ele teve que dar respostas – políticas, teóricas, organizativas e estratégicas – na sua tentativa de transformar a sociedade. São estas respostas que expressarão a existência ou não de confluências entre as teorias que são nosso objeto de estudo, de um lado, e a práxis política nas lutas da classe trabalhadora, de outro. Desse modo, no lastro da trajetória e desenvolvimento do PT, entendido enquanto síntese de como a classe formulou seu projeto político e se organizou nestas lutas, podemos tornar mais evidente o fundamento objetivo da força destas teorias que pretendemos criticar.

As primeiras e principais teorias dos novos movimentos sociais surgem na Europa nos anos finais da década de 60 e início dos anos 70, ganhando fôlego e respaldo até os dias atuais. Logo em seguida ao seu aparecimento e com o florescimento de lutas populares que nasciam no período da ditadura, muitos pesquisadores dedicaram-se à compreensão da particularidade do "novo" no Brasil e na América Latina. Os intelectuais brasileiros dos novos movimentos sociais mostravam-se, desde o início, refratários à "matriz pcbista" e ao "marxismo ortodoxo", por entendê-los como economicistas, autoritários, elitistas etc. (PERRUSO, 2012).

Em uma espécie de movimento paralelo, as interpretações acerca da formação social brasileira criadas e divulgadas pelo PCB e por intelectuais a ele vinculados são objeto de crítica de diversos autores. Este movimento crítico ganha forte impulso sobretudo a partir do golpe de 1964. Podem-se destacar as obras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho (1979)² como expressão deste movimento de construção de sólidas críticas à experiência pcbista e que terminariam por *informar* a estratégia democrática e popular. Note-se bem, informar, o que significa produzir um acervo teórico da qual parte a formulação estratégica, o plano geral de combinação das lutas particulares no sentido de vencer a "guerra em seu conjunto".³

O aparecimento das teorias dos novos movimentos sociais na Europa coincide com o momento em que os principais intelectuais brasileiros, legatários da tradição marxista, buscaram criticar a prática política do PCB e sua estratégia nacional e democrática. Isso foi feito a partir de uma original formulação teórica que viria a informar a estratégia democrática e popular, ou seja, no momento em que também estes intelectuais formularam e consolidaram suas teorias de interpretação no Brasil. Quando as lutas da classe trabalhadora tomaram novamente o palco no país no final da década de 1970, a esquerda já realizava um movimento crítico de superação da estratégia nacional e democrática levada a cabo pelo PCB.

Este momento de transição marcado pela ascensão das lutas da classe trabalhadora, e que desembocaria na construção do PT, exigiu uma espécie de balanço crítico da experiência que fora hegemônica para que o partido, como expressão do movimento de constituição da classe, traçasse sua própria estratégia para alcançar o socialismo no país. Tal estratégia afirmava ser necessário um período de lutas de consolidação e radicalização da democracia, com expansão dos direitos civis, políticos e sociais, assim como um desenvolvimento econômico menos desigual, como um momento de acúmulo de forças indispensável e anterior ao socialismo, ainda que o

² Sobre o pensamento de Carlos Nelson Coutinho e sua relação com a estratégia democrática e popular, ver Neves (2016).

³ A estratégia não pode ser confundida com a teoria, sob pena de que teoria e estratégia se diluam uma na outra. A política e a teoria possuem legalidades distintas, ainda que sejam esferas inter-relacionadas. A teoria precisa reproduzir adequada e aproximativamente o movimento do real. No que se refere à luta de classes, ela reflete a legalidade do modo de produção, sua articulação com os demais complexos sociais, o processo (e resultado) da formação social enquanto totalidade concreta em um período histórico determinado, as tendências de movimento das diferentes classes e frações de classes, apontando, a partir delas, as cadeias causais decisivas, no caso da teoria revolucionária, para a revolução social. A estratégia é o plano que, informado por esta teoria, põe-se efetivamente em movimento. A própria posição do indivíduo em cada atividade exige métodos e posturas diferentes, justamente por se tratar, o teórico e o político, de complexos distintos do ser social.

partido negasse veementemente qualquer tipo de "etapismo". A conquista do governo para a realização do programa democrático e popular – antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário – seria o ponto a partir do qual se efetivariam reformas estruturais que contribuiriam para o processo de acúmulo de forças, ao promover um tipo de desenvolvimento econômico (capitalista) que distribuisse riqueza e propiciasse a extensão dos direitos de cidadania, não como uma etapa democrática e popular, mas como um momento da dinâmica processual que se voltaria contra a ordem. Os movimentos sociais precisariam pressionar permanentemente o Estado pela ampliação da participação política dos de baixo, assim como pela ampliação da democracia através da instituição de direitos civis, políticos e sociais, contra os interesses da burguesia monopolista. As teorias dos novos movimentos sociais que se difundem neste mesmo período histórico – se é verdade que partem de pressupostos distintos – fundamentavam uma práxis política que se espalhava pelos movimentos então dirigidos⁴ pelo Partido dos Trabalhadores, confluindo sobre uma mesma base: a trajetória das lutas de classes no Brasil. Estas teorias, assim como o PT, atravessam diferentes fases, quatro momentos de um movimento mais geral. Vejamos.

1º Momento

De acordo com Scherer-Warren (1996), a produção teórica sobre os movimentos sociais no Brasil viveu quatro períodos distintos. No primeiro deles, foi justamente a perspectiva marxista quem predominou, junto à funcionalista, mais precisamente de meados do século XX até o início dos anos 70. Nos anos 60 e 70, os "ecos" de 1968 reverberavam na América Latina com importantes lutas de cunho popular, os quais lastreariam uma longa série de estudos dedicados à compreensão as metamorfoses das lutas de classes e da questão urbana - como Castells (1980a; 1980b) e Evers et al.(1982). Mesmo no Brasil sob a ditadura, ainda que com o seu desenvolvimento constringido pela repressão de que era alvo, na década de 70 já se organizavam diversas lutas e movimentos sociais. Até os anos 80, as lutas populares foram intensas e expandiram-se não só as organizações dos trabalhadores como também das classes dominantes, complexificando os processos de direção e construção da hegemonia. A

⁴ Como afirma Montenegro (2011, p. 2-3), "nenhum outro partido da esquerda brasileira logrou, nesse mesmo período, estabelecer vínculos tão sólidos com um espectro tão amplo de movimentos sociais relevantes".

repressão seletiva, todavia, resultava no favorecimento da expansão de organizações de interesses e de convencimento de cunho empresarial (FONTES, 2010).

Neste período, diz Scherer-Warren (1996), os processos sociais eram analisados em termos de mudança global: ao marxismo preocupava resolver questões como do desenvolvimento e da dependência,⁵ enquanto ao funcionalismo o tema central era a modernização. Mas, por considerar que "[...] há um sujeito privilegiado ao qual se atribui teleologicamente [sic] a missão da transformação histórica [...]" (1996, p. 15), a teoria marxista não teria dado atenção suficiente às "[...] organizações da sociedade civil [...]" (1996, p. 15). Para a autora, isso teria ocorrido porque a visão marxista de uma possível "mudança" era concebida como macroestrutural, diacrônica, evolucionista e positivamente progressista. Como se pode observar, portanto, a crítica dirigida ao marxismo desta primeira fase das teorias dos movimentos sociais – isto é, a crítica ao "marxismo-leninismo" oficial – por parte dos intelectuais dos novos movimentos sociais tem razões bem distintas daquelas que motivam os pesquisadores que, reivindicando a tradição marxista, divergem da interpretação que se fazia da sociedade brasileira e mesmo dos métodos políticos de atuação nas lutas de classes do PCB.

2º Momento

Conforme Scherer-Warren, os "problemas" identificados no "marxismo" – pois certa versão do marxismo era tomada como o marxismo em geral – só começariam a ser superados na segunda fase, com a introdução de "[...] novas considerações paradigmáticas [...]" (SCHERE-WARREN, 1996, p. 15). Isso implicava ir do "[...] macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase da sociedade política para a atenção na sociedade civil e, finalmente, das lutas de classes aos movimentos sociais [...]" (SCHERE-WARREN, 1996, p. 15). Os germes desta "transição paradigmática", nos termos da autora, encontraram-se tanto na contribuição de pensadores europeus, sobretudo de Alain Touraine e Manuel Castells, quanto na intervenção de sociólogos latino-americanos, como Mérida. Touraine

⁵ Ressalte-se que a teoria marxista da dependência, em nenhum de seus principais autores – Florestan Fernandes, Rui Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Francisco de Oliveira –, sugeria que seria necessário a superação da dependência para promover o desenvolvimento capitalista no Brasil. Ao contrário, tratava-se de caracterizar e capturar a forma de desenvolvimento do capitalismo dependente nas formações sociais latino-americanas e no Brasil em especial. O autor que, no debate marxista, sustentou uma interpretação diversa foi principalmente Fernando Henrique Cardoso. Para uma rápida leitura sobre a controvérsia da dependência, cf. Correa Prado e Castelo (2013).

deslocou a análise das condições objetivas de classe para a análise de suas ações, o que, sempre segundo a autora, fazia com que as determinações econômicas cedessem lugar "[...] à multiplicidade de fatores, e o economicismo e o politicismo ao olhar na ação da sociedade civil". Gohn (2011, p. 277), por outro lado, ao resgatar a produção acadêmica sobre movimentos populares (especialmente os chamados "movimentos sociais urbanos"), situa o "paradigma marxista" como hegemônico no Brasil até os anos finais da década de setenta e mesmo no início da década de oitenta, "[...] embora já se iniciasse um processo de crítica a este *esquema*". A análise macroestrutural, de acordo com a autora, era municiada pelas contribuições de Francisco Welffort, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, entre outros. Por outro lado, a própria socióloga parece hoje não mais concordar com a predominância do marxismo nas análises até a década de 80, uma vez que, em estudo publicado recentemente, afirma que, tanto na Europa como na América Latina, a maior parte dos movimentos foi analisada, desde o início,

[...] sob o paradigma dos 'novos movimentos sociais' tendo Alberto Melucci, Alain Touraine, Manuel Castells e Claus Offe como principais referenciais teóricos. Na ocasião, a preocupação era apontar as novidades que estes movimentos traziam em relação aos movimentos operários, até então visto por *várias abordagens* como 'os sujeitos históricos por excelência' (GOHN, 2014, p. 84).

Em que pese a divergência quanto à avaliação de qual matriz teórica se fazia predominante no final da década de 70 e início dos anos 80, o que se pode constatar é que somente a partir deste período as teorias dos novos movimentos sociais *começam a aparecer* na academia com alguma relevância, o que se desdobraria, mais tarde, numa profunda mudança no pensamento social brasileiro. A partir de então, as referências teóricas nos estudos dos movimentos sociais afastam-se progressivamente das determinações econômicas e caminham em direção a uma dimensão predominantemente cultural (PERRUSO 2012). Sendo assim, se seu surgimento não implica, imediatamente, uma hegemonia sobre a interpretação marxista das lutas que então emergiam, não tardaria para que isso viesse a ocorrer.

Como notou Perruso (2012), as características percebidas pelos intelectuais e pesquisadores como o "novo" dos movimentos sociais urbanos que retomavam o caminho da luta pela democracia eram as seguintes: a defesa da ação direta e práticas autogestionárias; a presença de demandas e realização de pressão junto ao Estado, em

primeiro lugar, e às empresas, em segundo; as reivindicações que tratavam de diversas questões, como saúde, educação, moradia, transporte, dentre outras; a marcante crítica às lideranças e entidades tradicionais de moradores oriundas de "esquemas populistas" ou ligadas ao regime militar; o seu caráter autônomo e muitas vezes anti-institucional e anti-estatal; o comunitarismo e o igualitarismo; sua base social heterogênea e "interclassista", majoritariamente composta por "pobres" e pessoas da periferia; a elevada organicidade e o fato de serem apoiados por assessorias (como advogados, assistentes sociais e outros profissionais); sua espontaneidade, desenvolvida a partir de ações "voluntárias"; a valorização do trabalho de base e da democracia no próprio movimento, formando uma nova geração e perfil de militantes; a valorização da experiência cotidiana e do saber dele oriundo; a influência exercida pelos trabalhos das pastorais e CEBs, assim como por marxistas divergentes do PCB; e o fato de serem estes movimentos criadores de um novo espaço público na defesa da cidadania.

O leitor deve lembrar que muitas dessas características eram reivindicadas pelo PT como aspectos que dotavam o partido de autenticidade, como feito inédito, como que se tratasse do primeiro partido da história do Brasil construído genuinamente por trabalhadores, tal qual expresso no discurso de Lula no Primeiro Encontro (1981). Além disso, os movimentos sociais acima descritos são uma entre as principais forças que formarão o partido, junto ao "novo sindicalismo", aos intelectuais, parlamentares e militantes marxistas divergentes ou dissidentes do PCB e egressos da luta armada contra a ditadura.⁶ Há como uma clara sintonia entre os partidos e a nova intelectualidade que se formava. Não é casual que, conforme ressaltado por Gohn (2011), os estudos sobre os novos movimentos sociais desta fase tenham a categoria "autonomia" como central, o que expressava um duplo distanciamento: do Estado autoritário e das práticas populistas. A ênfase residia no caráter extra-institucional dos movimentos, o que, deduzia-se, livrava-os dos vícios da política brasileira. Enaltecia-se a atuação livre da influência de partidos e de costas para o Estado, sendo ambos considerados como "camisas de força" para os movimentos (FONTES, 2010). Assim, incorporava-se certa leitura marxista para compreender a realidade social ao mesmo tempo em que, simultaneamente, se armavam "[...] estratégias para superá-la" (GOHN, 2011, p. 282).

⁶ Entre os novos movimentos sociais brasileiros que assumiam estas novas formas de atuação, nas palavras de Scherer-Warren (in: SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987, p. 41), destacavam-se: "[...] parcela dos movimentos sociais urbanos propriamente ditos, as CEBs (Comunidade Eclesiais de Base organizadas a partir de adeptos da Igreja Católica), o novo sindicalismo urbano e, mais recentemente, também rural, o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pacifista em fase de organização, setores do movimento de jovens e outros."

Perruso (2008), através de um exaustivo estudo que busca apreender a movimentação intelectual daquela época (anos 70 e 80), conclui que aos novos movimentos sociais correspondiam "novos" intelectuais, os quais construíam uma nova autoimagem em termos políticos, sociais e científicos. De acordo com o autor, questionava-se o poder e a autoridade do conhecimento no que diz respeito a suas principais implicações políticas e sociais. Este questionamento era feito de um modo singular, em que se afirmava a importância do "saber popular" para a estruturação da sociedade brasileira, material e simbolicamente. Os "novos intelectuais" vinculavam-se profissionalmente, de um modo geral, às universidades e demais aparatos acadêmicos. Vários deles, especialmente aqueles ligados às ciências humanas e sociais, viriam a atuar "[...] tanto no meio acadêmico como no mundo dessas organizações que depois chamar-se-ia Terceiro Setor" (PERRUSO, 2008, p. 508). A preocupação central era, no início dos anos oitenta, incorporar o "saber popular" nas análises críticas realizadas na academia, de um lado, e assessorar os movimentos sociais, de outro. Este movimento se opunha à intenção então presente nos intelectuais brasileiros de buscar identificar, a partir das análises macroestruturais, os interesses da classe trabalhadora.

A crítica ao poder do "saber acadêmico" em oposição ao "saber popular" caminhava de mãos dadas ao engajamento político, o que, de certa forma, também ajudava a impulsionar as carreiras acadêmicas destes pesquisadores. No entanto, diferente dos professores comuns, estes direcionavam seu esforço acadêmico às atividades de assessoramento e apoio aos movimentos populares. Segundo Perruso (2008), parte destes intelectuais vinculava-se a associações de apoio ou de serviço ao movimento popular, as quais exerceriam papel fundamental para a difusão de uma nova cultura política "[...] fundada na centralidade do 'novo sindicalismo', dos 'novos' movimentos sociais urbanos e demais movimentos populares, centralidade essa apontada por tantos intelectuais do período" (PERRUSO, 2008, p. 171). Sejam os intelectuais ligados a ONGs ou organizações de apoio ao movimento popular, de um lado, e às universidades, de outro, o que havia de comum entre eles era o fato de que todos tomavam como ponto de partida a ideia de que "[...] não podiam ser o movimento popular, não podiam dirigi-lo, sabiam que eram coadjuvantes dos movimentos, podiam no máximo auxiliá-los 'externamente'" (PERRUSO, 2008, p. 509). Este auxílio se dava nos moldes do "novo intelectual" que tomava o "saber popular" como verdadeiro. Realizava-se, assim, um ajuste de contas com o legado da "esquerda tradicional", ao mesmo tempo em que se moldava uma nova institucionalidade intelectual.

Pode-se constatar que a participação dos intelectuais nos movimentos sociais mantinha uma cisão prévia. Engajavam-se, sem, no entanto, fazer parte dos movimentos. "Tratava-se de uma relação entre mundos diferentes, o intelectual e o popular" (PERRUSO, 2008, p. 509). Este novo tipo de intelectual que se vincula às lutas da classe trabalhadora como coadjuvante não encontraria nos partidos e organizações da esquerda tradicional seu reconhecimento. Aliás, é preciso pontuar que o nascimento deste intelectual de novo tipo não ocorreu sem disputas entre diversas concepções de educação popular, por exemplo.⁷ Tratava-se de uma crítica, nos espaços políticos, feita aberta e conscientemente ao "marxismo-leninismo" oficial em primeiro lugar, mas também a todos aqueles que pretendessem superá-lo conservando o papel diretivo das organizações políticas revolucionárias sobre os movimentos sociais particulares. Tal polêmica atravessava os debates partidários, sobretudo do PT, não sendo nem um pouco casual que sua direção fosse constantemente cobrada pela criação dos meios que definiriam o caráter e o projeto político do partido. O fato é que os intelectuais dos novos movimentos sociais se reconheceriam em uma organização partidária que também se pretendia nova.

Por isso também o campo partidário nos moldes tradicionais da esquerda ortodoxa perdeu grandemente sua capacidade de atrair intelectuais a partir dos anos 70. Os intelectuais, 'novos' ou não, estavam cada vez mais motivados a participar dos movimentos sociais auxiliando-os 'de fora', sem estabelecer hierarquias sobre militantes operários e populares. Porque o pensamento social dominante da esquerda brasileira já era outro, anti-leninista, anti-intelectualista, prezando e respeitando mais as formulações e experiências próprias do campo popular. *Tudo isso levava os intelectuais brasileiros a permanecerem no campo acadêmico, a participarem do PT – enquanto único partido que funcionava como estuário da renovação da esquerda – e a penetrarem no campo das ONGs* (PERRUSO, 2008, p. 510-11).

As ONGs, de um modo geral, eram majoritariamente sustentadas por igrejas, por doadores internacionais ou setores diretamente empresariais, fortemente internacionalizados. Ao longo dos anos 80, elas se expandiam intensamente. Também elas se apresentavam como algo inteiramente original, contrapondo-se à herança do período da ditadura, mas nasciam em um terreno já ocupado, de um lado, por entidades

⁷ Além do estudo de Perruso (2008), ver também Tumolo (2002) a respeito das disputas e transformações na política de formação da CUT. Para uma crítica da concepção de educação popular que parte do próprio "saber popular" (concepção amplamente difundida na América Latina neste período), ver Iasi (2011, cap. VIII, p. 155-172).

empresariais, de outro, por entidades sociais populares embrionárias que se soldavam ao tripé: PT, CUT e MST (FONTES, 2010). Considerando sua totalidade, a proporção em que elas se engajavam em lutas de caráter anticapitalista era ínfima. Contraditoriamente, como demonstrado por Fontes (2010), elas também eram os meios através dos quais o país se adequava ao formato predominante do capital-imperialismo, de "[...] atuação **interna e voluntariamente coligada** às frentes móveis de ação internacional do capital [...]", meio pelo qual eram apagadas no discurso a existência das classes sociais e das lutas entre elas, canalizando as pressões populares ao combate nacional 'comum' contra as expressões mais agudas da pobreza ou pela redução de seus efeitos mais deletérios das gritantes desigualdades sociais (FONTES, 2010, p. 231). Esta fase em que a "autonomia" aparecia como categoria central, mas ainda sobejamente influenciada pela tradição marxista, confluía ao discurso petista de autenticidade, novidade, ancorada no fato de respeitar e ser expressão imediata daqueles movimentos, sem levar o "prato feito", nos termos de Lula,⁸ dotando de autonomia os movimentos locais dos trabalhadores do qual o partido seria a expressão política, mas não sua direção. Porém, as coisas não permaneceriam assim por muito tempo.

Estes novos intelectuais vinculados às ONGs eram agudos críticos da intenção de qualquer partido de falar "em nome" dos movimentos sociais. As críticas à perspectiva de vanguarda, muitas vezes a partir de concepções caricatas, produziam um "educador de novo tipo" que exerceria um papel importantíssimo, cuja função deveria ser limitada à reprodução da própria fala dos envolvidos. Dessa maneira, "cumpriam um papel segmentador, educando e consolidando as lutas locais, por um lado e, de outro, cristalizando-as e favorecendo sua manutenção naqueles formatos, modo inclusive de assegurarem sua própria reprodução como ONGs 'a serviço de'" (FONTES, 2010, p. 236-7). Molda-se, assim, um novo perfil de militante, cuja intervenção nas lutas tem

⁸ Discursava Lula em 1981: "Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações, que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

O que importa aqui observar é que essas questões só servem para expressar a desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores brasileiros em definirem o seu próprio caminho. São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito, que os trabalhadores deveriam comer. São dúvidas de quem está longe das tarefas concretas das lutas populares, de quem não aprendeu ainda a conviver com o povo, muito menos a sentir o que o povo sente."

outra natureza: engaja-se no apoio e na oferta de serviços, mas como agente externo ao próprio movimento. Algumas características já aqui presentes se aprofundarão posteriormente. Consolidava-se a profissionalização da assessoria aos movimentos sociais, ainda que se apresentassem como militantes: os serviços prestados eram remunerados conforme o mercado, segundo as condições de pagamento dos movimentos ou das agências financiadoras. Assim, uma nova especialização surgia: a dos agenciadores de recursos. Por esta brecha, a filantropia empresarial ligava-se à militância (FONTES, 2010).

A autonomia, central para os teóricos dos novos movimentos sociais, tinha significado completamente distinto da autonomia classista reivindicada pelos marxistas de um modo geral. Enquanto esta se assenta na capacidade de se opor de forma independente ao poder da classe dominante, calçada na construção de uma visão de mundo que transcende os limites imediatos da luta local, a autonomia propalada pelos "novos intelectuais" residia exatamente no isolamento dessas lutas, de modo que elas não pudessem ser "desvirtuadas" por nenhum discurso totalizante que só poderia representar o interesse mesquinho daqueles que querem dirigir a classe, falar em seu nome, sem a ela pertencer. É nesse sentido que o pensamento acadêmico valorizava autonomia, como a afirmação de movimentos genuínos desinfectados de ideologias "totalitárias". Portanto, contribuía para manter as lutas no terreno da imediatidade, recusando reflexões de cunho classista que procurassem articulá-las a projetos sociais mais amplos e, neste movimento, estimular a constituição da classe enquanto classe. Por mais paradoxal que possa parecer, os movimentos sociais eram levados a permanecer no imediatismo de suas lutas por duas forças antagônicas. De um lado, pelas próprias classes dominantes, que os reprimiam duramente. De outro, pelos "novos intelectuais" ou novos acadêmicos fascinados com o popular (FONTES, 2010).

A aproximação entre pesquisadores e movimentos sociais, resultante do contato militante ou da profissionalização das pesquisas, consolidava, equivocadamente, uma visão imediatista dos setores populares, sem com eles socializar os extensos debates teóricos travados nas universidades [em expansão], e difundia uma concepção da 'recusa' da luta em torno do Estado, desconsiderando-o como momento necessário (FONTES, 2010, p. 229-30).

Eis aqui um importante impacto das teorias dos novos movimentos sociais, que permanecerá atuando em todas as fases subsequentes de seu desenvolvimento com

mudanças. De todo modo, neste momento o PT ainda servia para alçar a outro patamar as lutas locais e politizava sua base popular com um discurso anticapitalista, em que pese toda a ambiguidade de sua concepção de socialismo, servindo como instância de universalização das lutas de diversos movimentos sociais particulares.

3º Momento

O terceiro período das teorias dos movimentos sociais indicado por Scherer-Warren (1996) tem como marco fundamental a primeira metade da década de 80. Neste momento, passa-se a "[...] substituir as análises em termos de processos históricos globais, por estudos intensivos de grupos específicos organizados, ou das 'identidades restritas' [...]" (SCHERER-WARREN, 1996, p. 17). O que se buscava eram os elementos inovadores nas formas de organização e no modo de se fazer política, que fundaria uma nova cultura política popular e de base na América Latina. É revelador, nesse sentido, que a categoria de "sujeito popular", de um lado, e de "atores sociais", de outro, passem a substituir a categoria de classe social, assim como "[...] a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos" (SCHERER-WARREN, 1996, p. 17). Almejava-se a realização deste potencial transformador em "sujeitos múltiplos", seja nos movimentos urbanos, nas Comunidades Eclesiais de Base, nas lutas pela terra, na luta feminista, pela moradia etc. É verdade que estas substituições já ocorriam nos anos anteriores. Contudo, se antes a influência dos pensadores marxistas ainda era evidente sobre os intelectuais dos novos movimentos sociais, agora se afastam dela e a ela se opõem de modo cada vez mais claro. Nas palavras de Gohn (2011, p. 279), "[...] algumas influências difusas presentes no final dos anos 70 se *esclareceram*". Neste momento, "pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas foram se tornando os objetivos centrais nas preocupações dos analistas, e não mais o estudo das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas em andamento" (GOHN, 2011, p. 279). Cada movimento criaria uma identidade política específica ("Atingidos por Barragem", "Sem-Terra", "Trabalhadora Rural"). A tentativa de unificar "[...] através da categoria totalizadora de 'classe trabalhadora'" deveria ser combatida porque se trataria "[...] de uma interpelação discursiva que não tem levado

suficientemente em conta o passado cultural e as contradições específicas de cada segmento em particular" (SCHERER-WARREN, 1996, p. 70).

A importante crítica à diluição dos sujeitos em conceitos estruturalistas e economicistas desembocava na negação de qualquer princípio de determinação e referência à totalidade social nas análises teóricas. Aquilo que era apontado como apriorismo – a existência de classes sociais a despeito do que pensavam os trabalhadores – ganhava sua "comprovação empírica" de suas análises na realidade imediata, já que muitos trabalhadores não se percebiam como classe. As causas históricas que contribuíam para isso eram abstraídas, uma vez consolidada a tendência de tomar o discurso dos sujeitos como critério de verdade.

A categoria de autonomia, que fora central na segunda fase, "[...] passou a ser um tanto problemática, pois a partir de 1982, com as mudanças no cenário político, *os movimentos foram convidados a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações*" (GOHN, 2011, p. 287). Quais seriam estas mudanças no cenário político? É que, desde este momento, a exigência de participação política dos "de baixo" começa a ter resultado. O aprofundamento do processo de transição democrática com a ascensão de líderes a cargos no parlamento e em postos governamentais exigia uma nova relação dos movimentos sociais com o Estado, que precisavam, agora, ser propositivos na negociação de políticas públicas. Nos anos finais dessa década, quando o PT assume prefeituras municipais, ocorre, de acordo com Gohn (2011, p. 286), "[...] uma redefinição de posturas políticas, e a problemática principal passou a ser a da capacitação técnica das lideranças populares para atuar como co-partícipes das políticas públicas locais". O tema do poder local (já que não se detinha o poder global) passa a ganhar bastante importância nos estudos. Gohn (2014, p. 85) relaciona esta inflexão teórica com o fortalecimento dos movimentos identitários nas lutas travadas na constituinte, em que a instituição de políticas públicas e o reconhecimento de vários direitos sociais "[...] das mulheres, afrodescendentes, povos indígenas, povos originários, crianças/adolescentes, idosos, homossexuais etc." era resultado de novas formas de associativismo civil focalizados em organizações sociais que passam a atuar *em parceria* com o Estado.

A característica a ser ressaltada pelos "novos" intelectuais é a natureza cívica, pacífica, o comprometimento com a descentralização e autonomia, a tolerância às diferenças e à pluralidade cultural, a valorização da paz com justiça social, a defesa intransigente de uma democracia "[...] *mais participativa e direta*" (SCHERER-

WARREN, 1996, p. 24). Opunham-se de forma inflexível ao autoritarismo, afirmando-se como "utopia necessária" a construção de uma democracia que pudesse corroer as práticas autoritárias, contribuindo para a criação de uma nova cultura política, uma nova cidadania, que já estaria sendo forjada desde então pelos novos movimentos sociais.⁹ A necessidade de transformações das práticas cotidianas, da mudança aqui e agora para que se gerasse uma nova cultura política implicava que a democracia fosse meio e fim não só da transformação do Estado, mas do próprio movimento social.

Não nos parece coincidência que, em texto publicado originalmente em 1987, ano do V Encontro do PT, "novos intelectuais", como Scherer-Warren, também comecem a identificar certos limites no isolamento localista das lutas e passem a buscar formas possíveis de sua articulação em um projeto mais global. Mantinha-se, contudo, a preocupação com a preservação da autonomia em relação aos partidos políticos em geral. Os limites que eram então percebidos pela direção do PT na prática de seus militantes e que levariam à formulação bem definida da estratégia democrática e popular, apontando para uma nova relação entre o partido e os movimentos sociais – quando se decide, explicitamente, disputar a direção dos movimentos a partir de uma estratégia, ainda que declarando a intenção de preservar sua autonomia – parecem impactar de modo diferente os "novos intelectuais". Nesse sentido, diz a autora (1996, p. 59):

Parece-me que falta resolver sobre a forma de autonomia que é fundamental estabelecer em cada movimento para a construção da identidade de grupo, mas também que tipo de alianças são necessárias para conduzir o movimento além de suas reivindicações imediatas. *Um projeto mais global de democratização da sociedade, para se concretizar, necessita da articulação das diferentes forças organizadas da sociedade civil e de representação através de partidos políticos.*

As relações entre os movimentos sociais e os partidos políticos já eram um ponto de controvérsia marcante há anos – não sem razão, pois muitos dos principais instrumentos políticos construídos pela classe trabalhadora mundial voltavam-se agora tragicamente contra ela. Por esse motivo, pela permanente descrença que pairava sobre

⁹ "Considero, em síntese, que as lutas pela redefinição da cidadania (num sentido mais pleno econômico, político e social), a deslegitimação de decisões tomadas autoritariamente pelo Estado, o fortalecimento das relações comunitárias em seu sentido político, a forma de agir pela resistência ativa não-violenta, a tentativa de democratização das práticas cotidianas e a busca de autonomies relativas são espaços que os NMS estão abrindo para a construção de uma sociedade *mais democrática*" (SCHERER-WARREN, 1996, p. 60).

grupos políticos com manifesta intenção de dirigir os movimentos sociais, mesmo que nascidos dos próprios movimentos, nem sempre os novos intelectuais tratavam do PT com plena confiança e convicção política. Até porque, na prática, o PT os dirigia. Ribeiro (1989, p. 270), por exemplo, afirmava naquele momento que os movimentos sociais defendiam de forma intransigente e reiteradamente, em seus discursos, sua autonomia em relação aos partidos políticos, "[...] mesmo que, na prática, a relação seja bem mais complexa e não isenta de ambiguidades". A maioria dos pesquisadores termina por tomar os partidos políticos como um "mal necessário", mesmo que se defenda a construção de uma organização de novo tipo, um partido de "retaguarda", como propunha Evers (1984) ao fazer referência ao PT. É que se, de um lado, quando o problema da articulação global dos diferentes movimentos particulares aparece aos autores brasileiros de modo mais claro, também eles encontram a necessidade de uma organização que seja capaz de articulá-los; de outro, havia manifesta preocupação em que isso fosse feito de modo a negar todo tipo de aparelhismo que se identificava na esquerda tradicional. Vejamos como a questão é respondida, por exemplo, por Scherer-Warren:

[...] o partido político poderia potencialmente desempenhar um papel no encaminhamento de soluções unificadas para a transformação social. Entretanto, a relação entre grande parte dos NMS e os partidos políticos é problemática. Isto porque tradicionalmente os partidos políticos no Brasil têm voltado suas costas para a participação popular, à exceção mais recente de alguns setores do PT e algumas iniciativas individuais de outros políticos das chamadas esquerdas. Além disso, os partidos tradicionais têm um modo de fazer política que é a antítese dos valores dos NMS. Portanto, creio eu, que a articulação de forças entre NMS e partidos avançará na medida em que os primeiros crescerem na direção de uma *hegemonia cultural*, criando a possibilidade de surgimento de novos partidos ou impulsionando antigos partidos a revisar suas práticas políticas. Este resultado significaria um novo equilíbrio entre a sociedade civil e Estado, fortalecendo a primeira e diminuindo o poder relativo do segundo (SCHERER-WARREN, 1996, p. 63).

Note-se que mesmo o PT, tratado como a experiência mais significativa para a autora, é visto com certo receio. Mas o central para tornar possível esta articulação é a tarefa concreta que o período exigia: a defesa e a construção do processo de democratização através da pressão pacífica dos movimentos sociais, que sustentariam a representação parlamentar dos partidos progressistas na luta pela consolidação e

ampliação de direitos de cidadania. A imagem da "pinça"¹⁰ aparece aqui misturada à negação do partido como articulador entre as lutas dos movimentos sociais e a luta na institucionalidade. Mas também aqui se trata de uma "guerra de movimento prolongado" em que o partido se torna necessário, ainda que a relação dos movimentos com ele seja "problemática", considerando o fato de "[...] muitos atores ocuparem posições de liderança tanto no movimento como no partido (sobretudo para o caso do PT) [...]" (SCHERER-WARREN, 1996, p. 73).

A necessidade de separação entre os novos movimentos sociais e a política em geral parece se aprofundar na reflexão teórica dos autores a partir da década de noventa, época em que o caráter "problemático" e "ambíguo" já se tornava bem mais evidente. De outro lado, no interior do próprio PT, com a derrocada da experiência socialista da URSS, o protagonismo dos trabalhadores passa a ser fortemente questionado. Conforme Iasi (2006), no início da década de noventa o mundo acadêmico atravessava o recrudescimento da chamada "crise de paradigmas", cujo alvo paradigmático era o marxismo em primeiro lugar. Primeiro, alegava-se como necessário modernizar, rejuvenescer o marxismo; depois, avaliava-se se o marxismo era ou não necessário para as lutas.

4º Momento

De acordo com Scherer-Warren (1996), são os primeiros anos desta década que marcariam o início da quarta fase das teorias dos movimentos sociais, quando passa a ganhar força a ideia da rede de movimentos. Apesar da diversidade entre os autores, o que eles têm de comum em sua argumentação é a constatação de que conflitos de outra natureza – que não o das "tradicionais" lutas de classes – emergem ao primeiro plano, trazendo consigo novos sujeitos e novas demandas. Este deslocamento teórico da análise era expressão, segundo Scherer-Warren (1996), de uma transformação dos próprios movimentos sociais como resultado do surgimento de práticas políticas que pretendiam articular ações localizadas e globais. Dito de outro modo, o surgimento efetivo da rede de movimentos, seu aparecimento na realidade, é isso que exigiria uma

¹⁰ A imagem da pinça consiste na representação difundida pela DS, corrente do PT, segundo a qual o centro de poder burguês seria alvo de um duplo ataque: o avanço sobre a institucionalidade e a criação de formas de poder popular, a partir da atuação dos movimentos sociais. Ao partido caberia o papel insubstituível de "articulador da pinça", dirigindo as duas frentes. O eixo das lutas era a permanente democratização em direção ao socialismo.

nova abordagem. As redes aparecem como alternativa ao partido como forma de articulação dos diferentes movimentos sociais.

Gohn (2011) identifica que a centralidade da maioria dos estudos passa a ser as redes de ONGs e os mecanismos institucionais da democracia participativa. As categorias de "cidadania coletiva" e "exclusão social" ganhariam os holofotes, a partir de grupos legitimados após a constituinte. Para a autora, a importância dada à categoria de cidadania coletiva era o reflexo da necessidade de um novo aprendizado, pois não se trataria mais de reivindicar, pressionar, demandar. "Trata-se agora de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada [sic], já que o lugar da participação está inscrito em leis, é uma realidade virtual" (GOHN, 2011, p. 288). A "exclusão social", por outro lado, era o modo através do qual os autores – tão críticos à tradição marxista – explicavam a violência generalizada, a desagregação da autoridade estatal nas periferias e, por consequência, o surgimento de um poder paralelo. Esta nova preocupação coincidia com o rápido avanço que alcançara a esquerda na institucionalidade. A esta altura, por exemplo, o PT já conquistara a prefeitura municipal da maior cidade brasileira – São Paulo, além de uma expressiva bancada parlamentar.

Como se pode notar, as explicações teóricas da tradição marxista que informavam a estratégia democrática e popular eram embasadas em pressupostos bem diferentes, mas a defesa tenaz de um "modelo econômico" que fosse capaz de *incluir*, ainda dentro do capitalismo, as camadas mais pauperizadas e oprimidas da classe trabalhadora era comum ao discurso de inclusão dos "novos intelectuais". A pressão dos movimentos sociais e a parceria com os governos que se mostrassem abertos a esta participação, como forma de construção de uma cidadania ampliada, são aspectos que formam uma "verdade consagrada" daquele período. Mas, ao mesmo tempo em que a classe conquistava espaços no interior do Estado, um processo de profissionalização e distanciamento entre os movimentos e a institucionalidade se aprofundava. Parecia necessário buscar novas formas de articulação entre os movimentos sociais que preservassem sua autonomia, sua identidade, seu particularismo. A exaltação da diferença como argumento ideológico liberal dirigida contra as experiências socialistas que então ruíam era contraposta pelos novos intelectuais através da afirmação de que também aqui, em que se adotavam medidas neoliberais resultando no aumento da "exclusão", as diferenças não eram respeitadas em nome de um "discurso único". Contra este discurso único, conservador, os movimentos sociais seriam a expressão viva da defesa do pluralismo e a exigência de afirmação do diferente e do respeito à

diversidade.

É nesse sentido que Gohn (2011) sustenta que a crise das esquerdas, como reflexo da crise do Leste Europeu, deixa como saldo o abandono de toda a análise macroestrutural e a referência a sujeitos históricos "pré-determinados". "A nova referência são os novos atores sociais – mulheres, jovens, negros, índios etc., e os pobres, os excluídos, os apartados socialmente pela *nova estruturação do mercado de trabalho*" (GOHN, 2011, p. 288). Este não era senão o reflexo de uma tendência internacional. Do mesmo modo, o tema das redes ganha cada vez mais destaque nos estudos do período. Tratar-se-ia de passar das análises das organizações particulares para a articulação entre elas através das redes horizontais. No Brasil, Scherer-Warren (1996) destaca o Fórum de ONGs para a Eco 92, a Associação Nacional de ONGs, a Central de Movimentos Populares, entre outros fóruns temáticos, como experiências fecundas desta nova forma de articulação em rede.¹¹ Na sua visão, para interpretar a rede de movimentos sociais seria preciso, inclusive, uma nova abordagem epistemológica:

A ideia de 'rede' implica pensar, desde um ponto de vista epistemológico, na possibilidade de 'integração de diversidade' [...]. Distingue-se da ideia de 'unicidade' totalizadora, comum em interpretações do marxismo positivista acerca da necessidade de articulações das lutas sociais. A análise em termos de 'rede de movimentos' implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões entre as identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros. Subjacente ao transnacionalismo, há uma opção que também é ética – humanística. E esta também é a opção de análise em termos de 'redes', ou seja, a do compromisso, articulação, intercâmbio e solidariedade entre atores sociais diversos [...] (SCHERER-WARREN, 1996, p. 9-10, grifos meus).

É no mínimo curioso que a negação do marxismo, mesmo o positivista, seja feita

¹¹ Esta tendência de desenvolvimento dos movimentos sociais ganharia sua mais clássica expressão no Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez Porto Alegre (RS), em 2001, cuja carta de princípios afirma que: "O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo" (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2001, p. 2).

em nome da necessidade de articulação entre o particular e o universal. A diferença, no entanto, reside na forma como se pretendia realizar esta articulação. Não se trata mais de uma instância política que sintetize um projeto universal, mas de uma rede, que preserva as particularidades enquanto particularidades, de modo que se possa garantir o pluralismo e o respeito à diferença. Do confronto ao Estado, migra-se à defesa da parceria para com ele. Para Gohn (2011), isso estava associado à perda de espaço dos sindicatos e à perda da força mobilizadora dos movimentos populares. As ONGs ganhavam importância política como instrumento substitutivo daqueles, ao expandir a cidadania. Este seria o resultado da construção de uma nova concepção de sociedade civil protagonizada pelos movimentos sociais que reivindicavam espaços de participação social, que teriam imposto o reconhecimento da legitimidade de "[...] um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental". Tratar-se-ia de uma nova esfera entre o público e o privado, ideologicamente nominado de "terceiro setor". Agora, diz Gohn (2011, p. 302):

O conflito social deixa de ser simplesmente reprimido ou ignorado e passa a ser reconhecido, posto e repostado continuamente em pauta nas agendas de negociações. Uma *nova linguagem* é criada dessas *novas regras de contratualidade social*, permitindo a reconstituição do tecido social danificado pelos mecanismos de exclusão e pelas regras *antidemocráticas de tratamento da questão social*, antes alicerçadas exclusivamente na cultura política tradicional-clientelista do favor e da submissão.¹²

Novamente, não há de ser coincidência menor que a defesa do controle social pela participação cidadã em parceria com o Estado comece a ganhar força a partir de meados dos anos 90. Esta era, de fato, a aposta de muitos segmentos dos movimentos sociais que se deixam encantar pelo canto da sereia da ideologia do "terceiro setor". Teoricamente, como demonstrou Montañó (2005, p. 138-9) referindo-se exatamente à formulação de Gohn, mistificava-se o papel das chamadas ONGs ao conferir-lhes uma autonomia de que não eram dotadas e ao tomá-las como o próprio movimento social.

¹² Curiosamente, em seguida a este trecho, Gohn cita em seu livro um trecho de artigo assinado por Tarso Genro e José Genoíno (respectivamente, prefeito de Porto Alegre e deputado federal pelo PT), publicado na Folha de São Paulo em 1995, em que ambos apontam o início de um controle público não-estatal que deveriam imprimir uma nova dinâmica à democracia brasileira, agregando *processualmente* a ela mecanismos de democracia direta.

Esta mistificação opera a partir de uma conceitualização formal de movimento social que o define a partir da vaga noção de "ações coletivas" derivada de Touraine e Castells. Na prática, no entanto, o que ocorre é que os movimentos sociais, mediados pelas ONGs na relação com o Estado, tendem a reduzir seu impacto político. Por outro lado, como "parceiros" do Estado, tendem a não mais buscar impor suas conquistas através da luta, mas a "pedir", "negociar", formar "parcerias" no campo do possível, do prático-inerte, do real tal como ele se apresenta na sua imediaticidade (MONTAÑO, 2005, p. 274).

Ao processo de institucionalização, primeiro, e burocratização, em seguida, do partido construído pela classe trabalhadora, corresponde um desenvolvimento análogo no seio dos movimentos sociais. É evidente, no entanto, que parte deles mantém sua linha de pressão pela luta característica dos anos oitenta. O caso mais expressivo, aqui, é o do MST. Mas mesmo ele passa a ser visto não mais como "[...] um simples movimento organizado por forças de oposição ao governo, com propostas radicais e socializantes [...]", mas como um "[...] interlocutor para a formulação de uma reforma agrária para o país [...]" (GOHN, 2011, p. 311). De acordo com Gohn (2011), a transformação dos movimentos sociais em ONGs significava a institucionalização da participação e da descentralização política, criando formas de poder local. Formam-se verdadeiras arenas de negociações, frutos das políticas que *contam* com a participação dos movimentos sociais que "[...] defendem demandas *particularistas e estão voltados para atuar como co-partícipes* das ações estatais" (GOHN, 2011, p. 311). Se nos anos 70/80, existia um consenso entre os "novos intelectuais" quanto à necessidade de construir um "contrapoder popular" sem que se virasse as costas para o Estado – tal como defendera Evers (1984) –, nos anos 90, diz Gohn (2011), se entende que os movimentos querem participar das políticas públicas através da criação de uma nova forma de democracia. Nesta nova forma, os "movimentos" deixariam de ser apenas demandantes, mas operadores da política, obrigando-se a apresentar propostas e soluções a partir dos recursos repassados às ONGs. Conclui a autora (2011, p. 315-6):

Nos locais onde havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social local. Estas redes são formadas por lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que agora assume o papel responsável por etapas ou processos em andamento, e por técnicos das ONGs, profissionais semi-qualificados ou com qualificação, mas principiantes no mercado de trabalho, atuando como assalariados, num campo de trabalho

pouco preocupado com as questões ideológicas ou político-partidárias, e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois dele depende sua continuidade e, portanto, seu próprio emprego. Os partidos políticos vêm perdendo espaço e importância neste novo cenário.

Este discurso teórico de intenção progressista de boa parte dos "novos intelectuais" legitimava, na verdade, o deslocamento da responsabilidade pela garantia de "direitos sociais" às organizações do "terceiro setor", consequência, entre outras coisas, da contrarreforma do Estado que então se impunha (MONTAÑO, 2005). Na verdade, o que ocorria era um processo de conversão mercantil-filantrópica de muitos movimentos sociais pela expansão das frentes móveis do capital-imperialismo. Este processo era favorecido pelo tom apolítico autoproclamado pelas ONGs, as quais profissionalizam sua "militância" de modo crescente. Na década de 1990, a expansão deste padrão de associatividade vincula-se de modo subalterno à “[...] internacionalização que também marca a economia, tanto pela origem internacional dos financiamentos, quanto pela adesão às formas de luta pulverizadas que predominavam no cenário internacional” (FONTES, 2010, p. 347). A articulação das lutas movia-se em direção ao terreno mercantil-filantrópico, contribuindo para o solapamento a solidariedade classista até então predominante. Este processo contribui sobremaneira para o apassivamento da classe trabalhadora.

Os trabalhadores são silenciados pelo alto, através da associação de sindicalistas à gerência do capital, e por baixo, através do emaranhado de entidades mercantil-filantrópicas, configurando políticas generalizadas de gotejamento para as camadas sociais mais fragilizadas ou disseminando práticas laborais totalmente desprovidas de direitos. Resulta num apassivamento contido no formato de uma democracia restrita que, ao menos por enquanto, vem liberando de peias o comportamento predatório do capital transnacional brasileiro e seus associados (FONTES, 2010. p. 348).

Este fenômeno, já marcante ao longo dos anos noventa, não foi capaz de esterilizar as lutas do período com tanta intensidade como viria a ocorrer anos mais tarde. A onda de privatizações, o rebaixamento dos salários, os índices de desemprego, a precarização do serviço público e, também, a oposição pela esquerda que ainda apresentava o PT como alternativa eleitoral com capilaridade nos movimentos sociais, tudo isso tornou este processo de cooptação e burocratização dos movimentos sociais incompleto. Por outro lado, o tema do poder local e do desenvolvimento local passam a

ocupar lugar de destaque. Reivindicava-se a instituição de políticas que articulassem em rede os movimentos sociais, ou que se valessem dessas redes, a partir dos pontos institucionais conquistados pelas forças anti-neoliberais. Esta concepção passa a influenciar cada vez mais os integrantes do PT, cuja radicalidade se desvanecia a cada passo em direção à vitória das eleições presidenciais. Isso não era de se estranhar, afinal, uma das formas de "inclusão", de "crescimento com distribuição de renda", seria justamente aumentar o fluxo de riqueza nos focos de pobreza do capitalismo brasileiro. Temas como o da Economia Solidária, dos espaços abertos entre o mercado e o Estado, do desenvolvimento territorial e das territorialidades, da hegemonia e necessidade de fortalecimento da "sociedade civil" já permeavam a concepção petista de socialismo.

Conclusão

A principal organização política construída pela classe trabalhadora, de outro lado, tornou-se cada vez mais parecida com aquilo que pretendia negar. Seus parlamentares descolavam-se de suas bases, para em seguida estender-lhes a mão com políticas focalizadas e segmentadas, com o orçamento participativo, com a possibilidade de participação propositiva, com possibilidades de negociação com as diferentes organizações da sociedade civil. O circuito se completa com a chegada de Lula à presidência, aquele que era o objetivo estratégico que permitiria realizar as transformações estruturais indispensáveis para o acúmulo de forças no processo de democratização. O que para alguns significou a derrota do neoliberalismo e a vitória dos movimentos sociais, resultou, na verdade, na instituição de uma democracia de cooptação, nos termos de Florestan Fernandes, que abria o Estado autocrático para baixo, esterilizando o potencial das formidáveis lutas contra a opressão e a exploração (MARQUES, 2015).

Já se passaram quase quarenta anos desde que estas teorias ganharam a cena no Brasil. Os “novos” já não são tão novos assim, e não colhemos grandes frutos em termos de transformação social desde esta grande reviravolta. No entanto, elas permanecem como a expressão da cultura política de nosso tempo.

Se as teorias dos novos movimentos sociais não estiveram na base daquela estratégia, elas punham no horizonte imediato um conjunto de tarefas chave, uma série de valores, uma cultura política que se mesclava à trajetória do partido nas diferentes conjunturas e correspondia aos seus objetivos imediatos. Não por acaso, boa parte dos

"novos intelectuais" aderiram convictamente a este partido. Expressavam não uma tentativa de superar as insuficiências da tradição marxista que vigia no período e das lutas da classe trabalhadora. Não se trata de repor nos trilhos a luta pela superação da sociedade capitalista, mas de um desenvolvimento contra esta tradição. Mesmo nos casos em que se faz referência direta à obra de Marx, esta filosofia tem ali uma função reduzida, de modo que os elementos do autor apropriados pelos intelectuais, quando aparecem, são diluídos e empalidecidos por um arcabouço teórico que não se preocupa em pôr em xeque os fundamentos históricos do modo de produção capitalista e enfatizar sua historicidade. A força das teses dos novos movimentos sociais não decorre de sua estrutura argumentativa interna, mas de performance que se apoia na falsa aparência de fatos tomados como óbvios e auto-evidentes (COELHO, 2005). Mas elas mobilizavam aspectos centrais da estratégia democrática e popular. Formava-se assim, no meio militante, aquele caldo cultural em que se misturam diferentes visões de mundo que deslizam sobre uma cadeia de significantes-chave (IASI, 2006).

Os principais teóricos dos novos movimentos sociais são ativamente engajados nas lutas que tematizam. Não é raro, inclusive, que sejam árdios defensores daqueles que se vinculam organicamente na luta por direitos ligados à classe trabalhadora e a suas frações mais oprimidas. Quando sustentamos, pois, que suas teorias contribuem para a circunscrição das lutas de classes na órbita da cidadania e que, portanto, são impotentes contra o capital, queremos afirmar, em primeiro lugar, o papel limitado que elas podem exercer ao informar a militância dos movimentos sociais, ao agir como força material na práxis política da classe trabalhadora. Não se trata, de modo algum, de uma crítica de fundamento moral, mas teórico-político. Por não perceberem ou não iluminarem os nexos do movimento social com os *fundamentos históricos* do modo de produção capitalista, tais teorias terminam por apontar para saídas impotentes, esterilizáveis pela classe dominante, já que não podem superar as causas fundamentais daquilo contra o que se luta. É o que a experiência tem demonstrado.

Por outro lado, não se deve inferir que a responsabilidade pelas limitações de nosso período histórico esteja sendo imputada aos "novos intelectuais" ou mesmo a certos dirigentes político-partidários mais afeitos a estas teorias. Sabemos que a história é bem mais complexa. As particularidades deste período histórico, saturado de determinações que não dependem da vontade dos sujeitos, punham uma série de questões que precisavam ser respondidas de modo inovador. Assim, tais teorias reproduziam certas tendências de desenvolvimento do pensamento social brasileiro que

se vinculavam às lutas da classe trabalhadora, ocupando-se, em todas as esferas, de aprofundar a democracia. No entanto, há que se levar em conta que estas mesmas questões que se apresentavam poderiam ser respondidas de diferentes maneiras, de modo a tensionar as lutas para um ou outro lado. Em todo caso, a exigência de uma nova forma de democracia apoiada nos movimentos sociais é eixo central que permitia a confluência no meio militante entre os elementos que conformavam a estratégia democrática e popular e as teorias dos novos movimentos sociais.

As teorias dos novos movimentos sociais costumam partir do diagnóstico de uma "crise" do "paradigma marxista" que precisaria ser revisto, completado com outras teorias ou superado em seus princípios fundamentais por conta, entre outros elementos, das novas formas e bandeiras de luta que eclodem no final da década de 1960. Mas as novidades históricas nas lutas de classes estão diretamente vinculadas, em primeiro lugar, às formas particulares das contradições do modo de produção capitalista na era dos monopólios e, em segundo, às particularidades do desenvolvimento da formação social brasileira no mesmo período. O efeito ideológico das teorias dos novos movimentos sociais é, portanto, permeado de consequências políticas. Ideológico, sim, pois com a intenção de superar os apriorismos do passado, defendia-se o aprisionamento no presente. Entre a crise do "marxismo-leninismo" oficial e a caducidade da tradição marxista há uma enorme distância. Dessa forma, *os acontecimentos e conflitos que emergem a partir da década de 1960 não expressam o esgotamento teórico da tradição marxista, sendo portanto por ela explicáveis*. O marxismo tem o desafio de destrinchar as causalidades que impulsionam novas modalidades de lutas, mas permanece sendo a filosofia de nosso tempo.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, M. *Movimientos Sociales Urbanos*. 6ª Edição. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980a.

_____. *Cidade, Democracia e Socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980b.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças no Projeto Político dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. 549f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2005.

CORREA PRADO, Fernando; CASTELO, Rodrigo. *O início do fim? Notas sobre a*

teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata*, v. 3, p. 10-29, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: *Encontros com a civilização brasileira*, nº 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

EVERS, Tilman. MULLER-PLATENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera de reprodução na América Latina. In: MOISES, J. A. (et. al). *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 110-164, 1982.

_____. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. In: *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, nº 4, p. 11-23, abril/1984.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Carta de Princípios*. [2001] Disponível em: http://fsmpoa.com.br/default.php?p_secao=13. Acesso em: set./2016.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9ª Ed. São Paulo, Edições Loyola, 2011.

_____. A Produção Sobre Movimentos Sociais no Brasil no Contexto da América Latina. *Revista Política e Sociedade*, vol. 13, nº 28, p. 79-103, Florianópolis, set./dez. 2014.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 18a. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. *Ensaio Sobre Consciência e Emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores*. 1981. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/discursodelula1convecao.pdf>. Acesso em ago./2016.

MARQUES, Morena. *Em Busca da Revolução Brasileira: uma análise crítica da Estratégia Democrático-Pouar*. Curitiba: Prismas, 2015.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTENEGRO, Darlan Ferreira. *O Quinto Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores: mudanças programáticas e reorientação partidária*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

NEVES, Victor. *Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos*

Nelson Coutinho. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 2016.

PERRUSO, Marco Antonio. *Em Busca do "Novo": intelectuais brasileiros e os movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2008.

_____. A Temática dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil dos Anos 1970/80. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, p. 32-56, 2012.

RIBEIRO, Lucia. Os Movimentos Sociais e Sua Relação com a Questão da Saúde. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, nº. 5, v. 3, p. 264-275, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, P. J. (Orgs.). *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da Contestação à Conformação*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

WELLEN, Henrique. *Para a Crítica da Economia Solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.